

A DESNATURALIZAÇÃO DA DIFERENÇA: “RAÇA” EM ACHILLE MBEMBE

Cássio Roberto Borges da Silva¹

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB (Brasil)

Endereço eletrônico: cassioroberto.borges@uesb.edu.br

INTRODUÇÃO

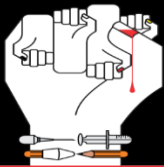
Pretendemos, nessa intervenção, descrever o funcionamento da noção de “raça” na *Crítica da razão negra* de Achille Mbembe. Trata-se de um tema nuclear para o filósofo camaronês, um tema que se manifesta em seu pensamento sob a perspectiva de uma ambivalência radical. Os valores em jogo, nesse caso, oscilam entre a *atribuição* e o *apelo*; entre o *simulacro* que desumaniza e a *luta* pela revitalização de corpos amortalhados. Trata-se de um conceito cuja apreciação implica, nos termos do próprio autor, a carência de uma linguagem adequada:

Só nos é possível falar da raça (ou do racismo), numa linguagem totalmente imperfeita, dúbia, diria até desadequada. Por ora, bastará dizer que é uma forma de representação primária. Não sabendo de todo distinguir entre o que está dentro e o que está fora, os invólucros e os conteúdos, ela remete, antes de mais, para os simulacros de superfície. (MBEMBE; 2014, p. 25)

Se a raça remete a um “simulacro de superfície”, a finalidade desse procedimento de dissimulação envolve graves implicações: ela provoca a violação da humanidade do outro. Trata-se de uma “fantasia perversa” que estigmatiza e instrumentaliza a vida humana, situando-se na “origem de inúmeras catástrofes, tendo sido a causa de devastações psíquicas assombrosas e de incalculáveis crimes e massacres” (MBEMBE; 2020, p.13)

A reflexão sobre a “raça” envolve, nesse caso, um vastíssimo referencial bibliográfico, que revisita autores como Aimé Césaire, Gilles Deleuze, Georges Bataille, James Baldwin, Hannah Arendt, entre tantos outros, contudo, duas referências, a meu ver, destacam-se na formulação dessa questão: por um lado, as reflexões elaboradas por Foucault, nos anos 70, em *Vigiar e Punir* (1975), na *História da*

¹ Doutor em Teoria e História Literária pelo IEL/UNICAMP. Professor titular no DELL/UESB. Membro do PPGCEL.



sexualidade I (1976) e *Em defesa da saciedade* (1976)², por outro, as considerações forjadas por Franz Fanon em *Pele negra, máscaras brancas* (1952) e *n'Os condenados da terra* (1961).

BIOPODER; RACISMO DE ESTADO; DESUMANIZAÇÃO

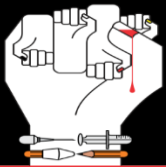
De acordo com Foucault, no século XVIII, os regimes de coerção social transformaram-se por meio de um lento processo de aprimoramento das técnicas de controle dos corpos individuais, constituindo o que se chamou, então, de “anátomo-política”, posteriormente, a gestão das populações adquiriu uma visada simultaneamente demográfica e biológica, configurando o “biopoder”. O funcionamento dessa *política biológica*, entretanto, é examinado, por Foucault, sob o prisma de uma questão paradoxal: como um regime centrado na preservação da vida, em “fazer viver”, pode ter gerado mecanismos de segregação e de extermínio da vida humana historicamente inauditos?

Foucault demonstra que o antigo discurso histórico sobre a “luta das raças” se havia convertido, nesse momento, em um discurso conservador, antirrevolucionário, que acabaria configurando-se como um discurso de “purificação da raça”, destinado a legitimar o exercício da “função assassina” do Estado. Como aponta Mbembe, em sua leitura de Foucault, esse funcionamento não se restringia aos regimes totalitários, revelando-se como um princípio inerente ao funcionamento dos Estados Modernos em geral:

Abordando o racismo em particular e a sua inscrição nos mecanismos do Estado e do poder, Michel Foucault dizia, a este respeito, que qualquer moderno funcionamento do Estado, «a determinado momento, a um certo limite e em certas condições, passaria pelo racismo». A raça, o racismo, explicava ele, «é a condição de aceitabilidade da condenação à morte numa sociedade de normalização». E conclui: «A função assassina do Estado só pode ser garantida, funcionando o Estado no modo do biopoder, através do racismo. (MBEMBE; 2014, p. 66-7)

Os empregos da expressão “racismo de Estado”, em Foucault, referem-se, prioritariamente, aos usos do conceito de raça em algumas formas de discurso político

² Curso ministrado em 1976 e publicado apenas em 1997. As datas dos outros livros indicados correspondem ao ano da primeira publicação em francês. Na bibliografia constam os dados das edições aqui utilizadas.



que estiveram em voga em de fins do século XIX e que mobilizaram temas do “evolucionismo social” a fim de classificar racialmente os diferentes contingentes humanos. Tomando como ponto de partida algumas análises elaboradas por Frans Fanon e por Aimé Césaire, Mbembe apropria-se do conceito de “racismo de Estado”, lembrando, contudo, que as práticas de extermínio que estareceram a Europa durante holocausto nada mais eram do que antigas táticas coloniais que agora haviam sido implementadas em territórios europeus, ou seja, as colônias haviam funcionado como “laboratórios do pensamento racial”, como aponta BRAYNER DE FARIAS (2021, p.7). Essas táticas efetuavam, em última instância, a desumanização do colonizado:

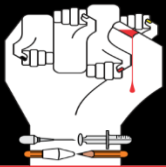
151

A cisão do mundo colonial [...] não se expressa somente na organização espacial, mas permeia o mundo dos valores. O ciclo se fecha com a desumanização do colonizado e a sua coisificação ou animalização. Neste mundo maniqueísta, espera-se dos condenados da terra o cumprimento de determinados papéis sociais e a circulação restrita a determinados espaços sociais. Quando o colonizado sai do seu lugar, o olhar imperial tentará restituí-lo à sua posição “natural”, à zona do não-ser, por meio da violência simbólica ou física. (BERNARDINO-COSTA; 2016, p. 510)

Fica evidente em Mbembe a convergência com o argumento de Fanon a propósito do maniqueísmo europeu, uma vez que ele demonstra que a “raça”, que o “trabalho do racismo”, aniquila a humanidade do outro, cobrindo-a com uma máscara, produzindo um simulacro:

Aliás, é característico da raça, ou do racismo, suscitar ou engendrar um duplo, um substituto, um equivalente, uma máscara, um simulacro. Um rosto humano autêntico traz-se à vista. O trabalho do racismo consiste em relegá-lo para segundo plano ou cobri-lo com um véu. No lugar deste rosto, faz-se renascer das profundezas da imaginação um rosto de fantasia, um simulacro de rosto, até uma silhueta que, assim, substitui um corpo e um rosto de homem. (MBEMBE; 2014, p. 66)

Nesse sentido, o autor camaronês, ao ratificar o aspecto ilusório da atribuição racial, empreende o que aqui denominamos “desnaturalização da raça”, ou seja, ele elabora a refutação do argumento “genético” a propósito da diferenciação racial, denunciando o funcionamento de um dispositivo que se coloca, politicamente, a serviço da distinção entre as formas plenas de vida, investidas de direitos e deveres, e as formas “excedentes” que podem ser, eventualmente, expostas à privação de direitos, de bem estar e, até mesmo, da própria vida. Como afirma Mbembe:



Por fim, a raça é uma das matérias-primas com as quais fabricamos a diferença e o excedente, isto é, uma espécie de vida que pode ser gasta ou passada sem reservas. Pouco importa que ela não exista enquanto tal, e não só devido à extraordinária homogeneidade genética dos seres humanos. Ela continua a produzir efeitos de mutilação, porque, originariamente, é e será sempre aquilo em nome do qual se operam fissuras na sociedade, se estabelecem relações de tipo guerreiro, se regulam as relações coloniais, se repatriam e se prendem pessoas cuja vida e cuja presença são consideradas sintomas de uma condição limitada, e cuja pertença é contestada porque provém, nas classificações vigentes, do excedente. (MBEMBE; 2014, p. 70)

152

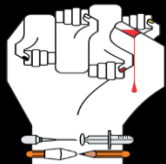
Como afirmávamos no início, os sentidos da raça, em Mbembe, revelam um funcionamento ambíguo, distinguindo a *atribuição* da raça, processo de desumanização, e o *apelo* à raça, um procedimento inverso que se inscreve no discurso negro a fim de fazer reviver o corpo estigmatizado, expatriado, destituído de seus ritos e de suas instituições:

Deste ponto de vista, o apelo à raça (distinto da atribuição de raça) é uma maneira de fazer reviver o corpo imolado, amortalhado e privado dos laços de sangue e de território, das instituições, ritos e símbolos que o tornam precisamente um corpo vivo. Ao longo do século XIX e do início do XX em particular, o apelo à raça vai inscrever-se, nesse sentido, no discurso negro. (MBEMBE; 2014, p. 69)

Esse apelo, esse saber outro, envolve basicamente, três objetivos: “instaurar um arquivo”; “edificar uma comunidade” e “conjurar” a “estrutura de dominação” que está implicada nas incontáveis práticas e nos diversos discursos racistas que ainda afligem nossas sociedades. Nesse ponto, contudo, vêm à tona a problemática que envolve as lutas identitárias em sua relação com os simulacros raciais. Se a raça não é natureza, a *atribuição* de raça constitui-se como um gesto violento de dominação e, conseqüentemente, o *apelo* à raça inscreve-se numa frente de lutas políticas cujas finalidades envolvem não apenas o enfrentamento dos dispositivos sociais de coerção, mas, em última instância, a superação do próprio postulado racial.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Ao rastrear algumas das fontes que balizam a reflexão de Achille Mbembe a propósito da raça, do racismo e do negro, constatamos, por um lado, a ambivalência dos sentidos mobilizados no tratamento de tais questões, dada a inadequação de saberes que



foram forjados sob a perspectiva da diferenciação racial, por outro, constamos a projeção histórica de uma matriz racista nas formas de governança do Estado-nação, formas sustentadas por um discurso filosófico e político que, ao legitimar os regimes de representação, mantêm, contudo, dispositivos sub-reptícios de coerção social, entre eles o racismo.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo. Biopoder. Achille Mbembe.

153

REFERÊNCIA

BERNARDINO-COSTA, J. “A prece de Frantz Fanon: oh, meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona!” **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 16, n. 3, p. 504-521, 28 nov. 2016.

BRAYNER DE FARIAS, A. “Racismo e necropolítica: variações para uma biopolítica pós-colonial.” **Revista Opinião Filosófica**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 1–20, 2021.

FANON, Frans. **Os Condenados da Terra**. Prefácio de Jean Paul Sartre. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968

_____. **Pele Negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira

Prefácio de Lewis R. Gordon. Salvador: EDUFBA, 2008

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **Em Defesa da Sociedade**. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **Vigiar e Punir**. Trad. Raquel Ramalhte. Petrópolis: Vozes, 1987.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Tradução Marta Lança. Lisboa: Aliança: 2014.